

TERMOS GERAIS

1.1 Acerca da Lemos Ad Valorem, Unipessoal, Lda.

1.1.1 A Lemos Ad Valorem – Unipessoal, Lda., com sede na Rua Pedro Álvares Cabral, 201, 3500 – 16- Viseu, NIF 507 553 225, é responsável pelo conteúdo e gestão do site lemosadvalorem.pt e pelo respetivo domínio.

A Lemos Ad Valorem - Unipessoal, Lda. funciona como um intermediário ao colocar à disposição de compradores e vendedores o portal e a plataforma para comercialização de uma diversidade de bens www.lemosadvalorem.pt. A Lemos Ad Valorem- Unipessoal, Lda. pode, em circunstâncias excecionais ser parte de um contrato relativo à compra ou venda de qualquer bem.

1.1.2 Após um contrato de compra e venda ter sido celebrado através dos leilões da Lemos Ad Valorem ou de qualquer outra forma mediada pela Lemos Ad Valorem., o contrato é vinculativo tanto para o comprador como para o vendedor. O comprador é obrigado a pagar o montante acordado e o vendedor é obrigado a fornecer o veículo acordado no estado descrito.

1.1.3 Após um contrato ter sido celebrado através dos leilões da Lemos Ad Valorem, o comprador e o vendedor têm de pagar à Lemos Ad Valorem, a comissão aplicável à data da celebração do contrato, de acordo com a tabela de preços da Lemos Ad Valorem. Esta obrigação aplica-se independentemente de as partes concluírem ou não a venda e qualquer que seja o motivo (consultar a alínea 1.9).

1.2 Categorias de utilizadores e direitos de utilização

1.2.1 Todas as empresas e particulares com capacidade jurídica plena para a celebração de contratos onerosos podem registar-se como "utilizadores" nos leilões da Lemos Ad Valorem. No entanto, um utilizador não poderá ter mais do que um registo em simultâneo. Os diferentes tipos de utilizadores estão sujeitos a diferentes direitos e obrigações.

Na falta de indicação por parte dos utilizadores acerca de uma eventual limitação ou exclusão da respetiva capacidade jurídica, os utilizadores são considerados para todos os efeitos como tendo capacidade jurídica plena. A Lemos Ad Valorem não poderá ser responsabilizada pela falta de capacidade jurídica dos utilizadores para venderem ou comprarem os bens, nomeadamente, por serem menores de idade.

1.2.2 A Lemos Ad Valorem reserva o direito de recusar o acesso a utilizadores independentemente do motivo ou de aceitar o registo e acesso dos utilizadores sujeitos a condições especiais.

1.2.3 A Lemos Ad Valorem decide a que categoria cada utilizador pertence e poderá livremente transferir um utilizador para outra categoria sem aviso prévio.

1.2.4 A Lemos Ad Valorem tem o direito de cancelar a conta de um utilizador em qualquer altura com efeitos imediatos sempre que o utilizador infringir a lei vigente aplicável e os presentes Termos e Condições. Caso a conta de um utilizador seja cancelada, tal não significa que seja afetada a validade e eficácia de quaisquer contratos de venda já celebrados no portal lemosadvalorem.pt e o utilizador continuará a estar vinculado por quaisquer veículos já registados ou licitações apresentadas, salvo se a Lemos Ad Valorem determinar em sentido contrário.

1.2.5 Todos os utilizadores serão registados através da inserção de um email válido e de uma palavra-passe. Estes elementos são rigorosamente confidenciais e os utilizadores são responsáveis por não os transmitirem a terceiros. Caso o utilizador suspeite que outra pessoa tomou conhecimento da respetiva palavra-passe, tem de informar imediatamente a Lemos Ad Valorem, que bloqueará qualquer acesso posterior à conta para evitar a utilização abusiva do sistema em nome do utilizador. O utilizador irá receber posteriormente uma nova palavra-passe. O utilizador é sempre responsável por todos os atos praticados através do seu nome de utilizador e a sua palavra-passe, ainda que por terceiros e independentemente de serem ou não utilizados de forma abusiva.

1.2.6 Na utilização do portal e da plataforma, o utilizador deverá adotar condutas adequadas, que se pautem pelos princípios da boa fé e respeitando a legislação vigente, comprometendo-se a prestar informações verdadeiras e atualizadas, abstendo-se de lesar interesses ou direitos legalmente reconhecidos de terceiros, outros utilizadores ou da Lemos Ad Valorem.

1.2.7. O utilizador obriga-se a observar todas as regras e procedimentos sobre a utilização do portal e da plataforma que forem indicadas pela Lemos Ad Valorem, abstendo-se de praticar qualquer ato que possa comprometer o bom funcionamento do portal e da plataforma.

1.2.8. O utilizador é responsável pela colocação dos bens a leilão e pelas licitações efetuadas bem como pela conclusão das transações efetuadas no portal e plataforma da

lemosadvalorem.pt, assegurando a sua conformidade com os presentes Termos e Condições e com a lei vigente aplicável.

1.2.9. O utilizador abster-se-á de adotar qualquer comportamento que tenha por objetivo dificultar o controlo das comissões, manipular de alguma forma os leilões ou os outros utilizadores, utilizar o leilão com fins especulativos e de difundir informação para além da estritamente necessária e obrigatória para a conclusão das transações.

1.3 Descrição dos bens

1.4.1 Os bens têm sempre de ser descritos de forma correta. Nenhuma das informações necessárias pode ser omitida durante o processo de descrição, comprometendo-se o vendedor a informar e esclarecer a Lemos Ad Valorem sobre todos os aspetos relevantes relacionados com os bens registados.

1.4.2 Após um bem ter sido registado, a descrição do mesmo é vinculativa para o vendedor, que é obrigado a fornecer um bem que corresponda à descrição, exceto se ocorrer qualquer alteração superveniente nas características dos bens que deverá ser de imediato comunicada à Lemos Ad Valorem, responsabilizando-se o utilizador por todos e quaisquer danos daí resultantes, exonerando a Lemos Ad Valorem de quaisquer obrigações ou indemnizações perante os utilizadores ou terceiros reclamantes. Na eventualidade da Lemos Ad Valorem efetuar quaisquer pagamentos ou incorrer em despesas em virtude das referidas reclamações, o utilizador responsabiliza-se por reembolsar a Lemos Ad Valorem.

1.4.3. Não é possível alterar a descrição durante um leilão em curso.

1.4.4. Caso o vendedor detete que a descrição de um bem não está correta, tem de contactar imediatamente a Lemos Ad Valorem.

1.4.5. No âmbito do controlo da informação difundida no seu site, a Lemos Ad Valorem tem o direito de solicitar mais informações e documentação em relação a um bem e respetiva descrição.

1.4.6. Mediante solicitação da Lemos Ad Valorem, o utilizador obriga-se a apresentar, no prazo de 30 dias seguintes à data em que se verificou a venda do bem ou o encerramento do leilão, cópia do comprovativo de pagamento ou da entrega dos bens vendidos.

1.4.7. O vendedor é responsável por garantir que as informações introduzidas durante o processo de descrição são verdadeiras, atuais, corretas e completas. A Lemos Ad Valorem não assume qualquer responsabilidade pela descrição dos bens.

1.4.5 O vendedor tem de saber os seguintes elementos, que têm de ser obrigatoriamente indicados na descrição:

1.4.5.1. Se existem ou não outros direitos associados aos bens sujeitos a registo, incluindo propriedade, reserva, apreensão, opções de compra ou direitos de preferência.

1.4.5.2. Se existem ou não quaisquer outros fatores que limitem ou restrinjam a venda dos bens sujeitos a registo num estado livre e sem hipoteca.

1.4.5.3. Se existem outros fatores que podem limitar ou impedir a venda dos bens.

1.4.6 Os utilizadores não podem registar bens em nome de terceiros. O vendedor particular tem sempre de ser o proprietário registado do bem, a não ser que o proprietário tenha fornecido uma autorização por escrito. No caso de empresas, os funcionários autorizados pela empresa também podem registar os bens.

1.5 Preço de reserva

1.5.1 O vendedor define o seu próprio preço de reserva. Se a Lemos Ad Valorem conseguir, por qualquer via, diligenciar um comprador disposto a pagar o preço de reserva ou um preço superior pelo bem registado conforme descrito, o vendedor é obrigado a vender. Isto também se aplica caso o vendedor aceite uma licitação inferior mediante acordo com a Lemos Ad Valorem.

1.5.2 A Lemos Ad Valorem reserva o direito de se abster de aprovar qualquer bem sem aviso prévio, ou de retirar subsequentemente o bem do leilão, caso a Lemos Ad Valorem creia que o preço de reserva introduzido é demasiado elevado. Quando o preço de reserva for demasiado elevado, a Lemos Ad Valorem poderá recomendar um novo preço de reserva.

1.6 O leilão

1.6.1 A abertura e encerramento dos leilões online são da exclusiva competência da Lemos Ad Valorem.

1.6.2 A Lemos Ad Valorem reserva-se o direito de cancelar ou alterar leilões agendados mediante aviso prévio de 24 horas.

1.6.3 A Lemos Ad Valorem tem o direito de cancelar um leilão em qualquer altura sem fornecer qualquer explicação, sem aviso-prévio e sem que advenha qualquer tipo de responsabilidade para a Lemos Ad Valorem, sempre que constatar a violação dos presentes Termos e Condições, da lei vigente aplicável por parte de algum utilizador ou terceiro. Tais cancelamentos podem ocorrer tanto antes como durante o leilão. Os leilões concluídos não podem ser cancelados.

1.6.4. Sempre que se ocorrerem interrupções ou suspensões do portal e/ou da plataforma resultantes de necessidades de manutenção dos sistemas, os leilões serão adiados 24 horas.

1.7 Normas de apresentação das licitações

1.7.1 As licitações introduzidas são vinculativas para a parte que apresenta a licitação. O comprador escolhe o montante máximo que pretende oferecer no leilão. Se a licitação for inferior ou igual ao preço de reserva do vendedor, a licitação total é imediatamente registada como a melhor licitação. Se a licitação for superior ao preço de reserva, o preço de reserva é imediatamente registado como a melhor licitação.

1.8.2 Quando duas ou mais licitações forem iguais ou superiores ao preço de reserva, o licitador que tenha apresentado uma licitação superior à dos restantes tem direito ao bem. Se dois autores de licitações apresentarem a mesma licitação, a primeira licitação recebida tornar-se-á a melhor licitação.

1.8.3 Se já tiver sido apresentada uma licitação superior à licitação introduzida, a licitação introduzida será imediatamente superada pela licitação superior.

1.8.4 As licitações não podem ser reduzidas nem anuladas após terem sido apresentadas.

1.8.5 Todas as licitações introduzidas são registadas e podem ser conservadas pela Lemos Ad Valorem durante o tempo que a mesma entender como necessário para a correta condução das transações.

1.8.6 Se houverem quaisquer motivos de litígio em relação a uma licitação, estes serão decididos em última instância com efeito vinculativo pela Lemos Ad Valorem.

1.8.7 Após ser apresentada uma licitação para um bem que é igual ou superior ao preço de reserva do vendedor, passa a existir um acordo vinculativo entre o vendedor e o autor da melhor licitação, e ambas as partes são obrigadas a concluir a transação de venda. Portanto, o

vendedor é obrigado a fornecer o bem no estado descrito ao autor da melhor licitação, e o autor da melhor licitação é obrigado a aceitar e a pagar o bem. Isto também se aplica se um acordo for diligenciado através do centro de atendimento a clientes da Lemos Ad Valorem ou por qualquer outra via. Relativamente ao relacionamento entre o vendedor e o comprador, consulte a secção 2.

1.9 Normas sobre as comissões

1.9.1 Tanto o comprador como o vendedor têm sempre de pagar uma comissão à Lemos Ad Valorem após um bem ter atingido o respetivo preço de reserva no leilão ou após a celebração de um acordo por qualquer outra via através da Lemos Ad Valorem. A obrigação de pagar uma comissão aplica-se independentemente de as partes concluírem ou não a venda subsequentemente, e independentemente do motivo, caso a venda não se concretize. A obrigação de pagar uma comissão também se aplica mesmo que a venda não seja concluída devido a mora, incumprimento ou cumprimento defeituoso por uma das partes. Relativamente ao relacionamento entre o comprador e o vendedor, consulte a secção 2.

1.9.2 A comissão e as condições de pagamento que se aplicam em qualquer dada altura são indicadas na página Preços e comissões da Lemos Ad Valorem. A comissão de leilão é independente do montante da licitação e tem de ser paga diretamente à Lemos Ad Valorem.

1.9.3 Nos casos em que uma venda não é concluída devido a mora, incumprimento ou cumprimento defeituoso do comprador ou vendedor, a Lemos Ad Valorem tem o direito de exigir a respetiva comissão em dobro à parte faltosa.

1.9.4 O pagamento da comissão de leilão ou de outros serviços prestados pela Lemos Ad Valorem deverá ser efetuado diretamente à Lemos Ad Valorem.

1.9.5 A comissão de leilão é devida através de pagamento por transferência bancária num prazo máximo de cinco dias após a data da fatura. Pagamentos em atraso estarão sujeitos a juros a contar da data de vencimento, à taxa de juro em vigor.

1.10 Direitos de propriedade intelectual e industrial

1.10.1 Todos os direitos relativos ao sistema de leilão, incluindo conteúdos, textos, documentos, material publicitário, desenhos, material técnico relativos a produtos e serviços, procedimentos e conhecimentos adquiridos constantes do portal são propriedade exclusiva da Lemos Ad Valorem.

1.10.2. Todos os sons, programas de computador, siglas, distintivos corporativos, logótipos, marcas, desenhos gráficos, combinações de elementos e imagens, bases de dados e demais estão protegidos como direitos de propriedade industrial e direitos de autor de que Lemos Ad Valorem é proprietária exclusiva ou possui a legítima licença.

1.10.3. O download, a reprodução total ou parcial, comunicação pública, modificação, transformação, cópia, distribuição, ou qualquer outra forma de exploração e manipulação desta web, dos seus dispositivos técnicos, conteúdos, aplicações, códigos fonte, desenho, seleção e forma de apresentação dos materiais e, em geral, relativamente à informação contida nesta web são proibidos.

1.10.4. É igualmente proibido decompor, realizar engenharia de inversão ou, em geral, transmitir de qualquer modo ou realizar obras derivadas dos programas de computador necessários para o funcionamento e acesso deste sítio da web e dos serviços aqui contidos, assim como realizar relativamente aos mesmos, qualquer ato de exploração.

1.10.5. Os utilizadores apenas podem utilizar o sistema de leilão para uma participação correta e legítima no leilão de veículos da Lemos Ad Valorem. Qualquer infração fará incorrer o infrator em responsabilidade civil e criminal.

1.11 Responsabilidade da Lemos Ad Valorem.

1.11.1 A Lemos Ad Valorem é meramente o facilitador do leilão e, como tal, nunca constitui uma parte num contrato de compra e venda de bens celebrado durante o leilão. Portanto, o comprador e o vendedor são as partes exclusivas nas transações de venda acordadas. A Lemos Ad Valorem não tem qualquer responsabilidade, sob qualquer forma, pelas transações de venda de bens, incluindo a conduta do comprador e vendedor bem como os termos acordados entre ambos. Isto aplica-se em particular (mas sem limitação) às informações do vendedor relativas as bens, ao facto de o vendedor poder e querer ou não vender e entregar o bem, ao facto de o comprador poder e querer ou não pagar e aceitar o bem, ao facto de o vendedor ser o proprietário do bem, ao facto de qualquer terceiro possuir ou não uma opção ou direito de compra a prestações, apreensão, reserva de propriedade, direito de preferência, opção de compra ou outro direito relativamente ao bem.

1.11.2 A Lemos Ad Valorem não é responsável por danos que resultem de interrupções no serviço, operações de manutenção e falhas que tenham ocorrido como consequência direta ou indireta de erros de comunicação, erros de introdução de dados ou avarias/interrupções do serviço de Internet, dos servidores do sistema de leilão, hardware ou software.

1.11.3 A Lemos Ad Valorem não é responsável por danos que resultem de mora, incumprimento ou cumprimento defeituoso que não lhe sejam imputáveis a título de dolo ou culpa grave, ou aos seus representantes, agentes ou auxiliares.

1.11.4 A Lemos Ad Valorem não é responsável, sob qualquer forma, por danos consequentes e perdas indiretas, incluindo perda de proveitos, rendimentos, oportunidades de negócios e perda de dados ou informações causados a terceiros pelo incumprimento, mora ou cumprimento defeituoso do utilizador, comprometendo-se o utilizador a ressarcir a Lemos Ad Valorem por quaisquer reclamações de terceiros. A Lemos Ad Valorem também não poderá ser responsabilizada, sob qualquer forma, no caso de força maior, incluindo fatores sobre os quais a Lemos Ad Valorem não possui qualquer influência.

1.11.5 A Lemos Ad Valorem não é responsável pelos atos praticados pelos utilizadores, pela sua identificação e pela informação que os mesmos difundem no portal que não cumpram a lei vigente aplicável e os presentes Termos e Condições. No entanto, apesar de não ser obrigada a atuar, reserva-se o direito cancelar ou suspender a realização de leilões, remover ofertas de venda ou de compra, a modificar ou, se for o caso, retirar do portal conteúdos ou informações indevidos, resolver o contrato celebrado com os utilizadores faltosos e, em última instância restringir ou suspender o serviço de leilão, de forma imediata, sem que haja lugar ao pagamento de qualquer indemnização.

1.11.6 Qualquer responsabilidade potencial da Lemos Ad Valorem está limitada ao montante das comissões recebidas ou a receber.

1.12 Processamento de dados pessoais

1.12.1 Todas as informações e/ou dados que os utilizadores voluntariamente forneçam à Lemos Ad Valorem serão incorporados numa base de dados registada perante a Comissão Nacional de Proteção de Dados, com a finalidade de identificação enquanto utilizador, prestação de serviços, realização, gestão e manutenção de contratos e transações de compra e venda bem como receber informações sobre os nossos serviços, ofertas, promoções ou realização de estudos estatísticos e ainda para fins de marketing direto.

1.12.2 Os dados pessoais que os utilizadores voluntariamente fornecerem Lemos Ad Valorem serão processados em confidencialidade e não serão transmitidos a terceiros, salvo na medida necessária para concluir uma transação de venda, com as mesmas finalidades acima identificadas bem como sempre que tal seja exigido pela lei a autoridades governamentais ou tribunais.

1.12.3 Para aceder aos seus dados, corrigi-los, cancelá-los, por não serem exatos ou por estarem incompletos, ou ainda opor-se ao seu tratamento, nos termos da lei aplicável, deverá dirigir-se à Lemos Ad Valorem por escrito para o seguinte endereço eletrónico: geral@lemosadvalorem.pt

1.12.4 A Lemos Ad Valorem adota as medidas de segurança de carácter técnico e organizativas necessárias e conforme o estado atual da técnica, para garantir a segurança dos dados pessoais evitando a sua alteração, perda, tratamento e/ou acesso não autorizado a fim de garantir a confidencialidade e a integridade dos dados pessoais.

Não obstante, a recolha de dados é efetuada em rede aberta e o actual estado da tecnologia não permite evitar que os dados pessoais possam, eventualmente, ser vistos e utilizados por terceiros não autorizados.

1.12.5 A Lemos Ad Valorem para melhorar a prestação do seu serviço e adequar o portal aos interesses e preferências dos seus utilizadores, recorre a “cookies”. Assim, quando aceder ao portal lemosadvalorem.pt, podemos armazenar determinadas informações no seu computador em forma de “cookie” ou semelhante que não são invasoras nem nocivas nem contêm dados de carácter pessoal, uma vez que a sua única função é personalizar a navegação dos utilizadores. Em qualquer caso, na maioria de navegadores da Internet as “cookies” podem ser eliminadas do disco duro do computador ou até mesmo bloqueadas. Poderá ainda receber um aviso antes de se instalar uma “cookie”. Para mais informações sobre as “cookies” recorra às instruções do navegador ou ao ecrã de ajuda.

1.13 Lei e foro competente

1.13.1 A relação entre a Lemos Ad Valorem e os utilizadores rege-se pela lei Portuguesa.

1.13.2 Os foros competentes em caso de litígio na interpretação ou aplicação dos presentes Termos e Condições entre a Lemos Ad Valorem e os utilizadores serão as comarca do Porto ou de Viseu. Contudo, a Lemos Ad Valorem poderá intentar quaisquer ações ou procedimentos perante outras comarcas, nos termos legalmente permitidos.

1.14 Erros de impressão e digitação

1.14.1 A Lemos Ad Valorem não aceita qualquer responsabilidade por erros de impressão e digitação.

1.15 Duração e alteração dos Termos e Condições

1.15.1 Com o registo no portal, o utilizador declara aceitar os presentes Termos e Condições Gerais que para todos os efeitos serão parte integrante dos contratos singulares que forem celebrados no portal lemosadvalorem.pt. A Lemos Ad Valorem poderá resolver com efeitos imediatos o contrato com o utilizador sempre que este viole os presentes Termos e Condições ou a lei vigente aplicável.

1.15.2 Sem prejuízo do direito do utilizador cancelar o registo na sequência de alterações aos presentes Termos e Condições, o utilizador pode denunciar o contrato com a Lemos Ad Valorem mediante comunicação escrita para o correio eletrónico da Lemos Ad Valorem e com um pré-aviso de 96 horas em relação à data de produção de efeitos da denúncia.

1.15.3 A Lemos Ad Valorem reserva o direito de alterar os presentes Termos e Condições a qualquer momento, colocando uma nova versão online no site lemosadvalorem.pt. Os utilizadores são notificados por correio eletrónico, indicado aquando do registo, com uma antecedência de pelo menos 15 dias em relação à data da entrada em vigor das alterações. O Utilizador poderá, enquanto as alterações não entrarem em vigor, cancelar o seu registo, exceto quando houver alguma transação em que o utilizador interveio e que não tenha sido concluída.

1.15.4 Nos casos de cessação do contrato, as obrigações assumidas pelo utilizador, nomeadamente, a obrigação de pontual pagamento de quaisquer quantias que sejam devidas, incluindo as comissões, e de conclusão das transações que estejam em curso não cessam.

1.15.5 Caso alguma disposição deste Contrato venha a ser declarada inválida por um tribunal de jurisdição competente, tal disposição considerar-se-á excluída do presente Contrato, sem prejuízo da validade das suas restantes disposições.

2.

A relação entre o comprador e o vendedor

2.1 Introdução – Lemos Ad Valorem nunca constitui uma parte de uma transação de venda

2.1.1 Esta secção estabelece as condições que se aplicam a compradores e vendedores no leilão de bens da Lemos Ad Valorem. Para conhecer a relação jurídica entre a Lemos Ad Valorem e os utilizadores, consulte a secção 1. Relação entre a Lemos Ad Valorem e os utilizadores do site.

2.1.2 A Lemos Ad Valorem nunca é uma parte num contrato relativo à compra ou venda de um veículo. A função da Lemos Ad Valorem é exclusivamente disponibilizar o sistema de leilão a compradores e vendedores. Portanto, a relação contratual relativa à venda de um veículo é exclusivamente entre o comprador e o vendedor. Quaisquer litígios entre o comprador e o vendedor têm de ser resolvidos entre ambos. O direito da Lemos Ad Valorem de receber uma comissão não é afetado pela não concretização pelas partes de uma transação de venda. Isto aplica-se independentemente do motivo da não concretização. A Lemos Ad Valorem nunca pode ser responsabilizada por incumprimento ou cumprimento defeituoso do contrato por uma ou ambas as partes.

2.1.3 Os termos acordados entre o comprador e o vendedor prevalecem sobre os presentes Termos e Condições, que apenas se aplicam subsidiariamente. Por exemplo, as partes podem optar livremente por uma hora de entrega, local de entrega, data de pagamento ou meio de pagamento alternativos. Se não for possível celebrar um acordo alternativo, o comprador e o vendedor têm de respeitar os Termos e Condições da Lemos Ad Valorem.

2.2 Quando um contrato tiver sido celebrado

2.2.1 Após um bem ter sido negociado, o comprador e o vendedor têm uma obrigação mútua de contribuir para a concretização da transação e cumprir as respetivas obrigações a este respeito o mais rápido possível.

2.2.2 Quando um bem tiver sido negociado através da Lemos Ad Valorem, o comprador e o vendedor são obrigados cumprir as regras impostas pelos Termos e Condições da Lemos Ad Valorem.

2.3 Entrega e os direitos de inspeção do comprador

2.3.1 O comprador recolhe o bem, salvo se acordado em contrário. O local de levantamento pode ser o endereço indicado pela Lemos Ad Valorem ou um endereço indicado pelo vendedor, dentro da área de código postal indicada na descrição do bem. Se o vendedor não especificar outro endereço específico na área de código postal aplicável, o bem será recolhido no endereço indicado pela Lemos Ad Valorem.

2.3.2 A entrega tem de verificar-se no prazo máximo de 5 dias úteis após a celebração do contrato de compra e venda. O vendedor é obrigado a permitir que o comprador recolha o veículo no prazo-limite estipulado de 5 dias úteis, no seguinte horário: 9.00 - 18.00 (GMT-Horário da Europa Ocidental). Se as partes não chegarem a acordo em relação a uma hora de

levantamento, o comprador escolhe uma hora no período aplicável, mas tem de indicá-la ao vendedor com pelo menos 24 horas de antecedência.

2.3.3 Antes de efetuar o pagamento, o comprador tem o direito de examinar se o bem corresponde à descrição do vendedor.

2.4 Pagamento do preço

2.4.1 O comprador tem de ter liquidado o preço de aquisição antes do momento da entrega da viatura.

2.4.2 O comprador tem de pagar em numerário (dentro dos limites da Lei), através de cheque visado ou transferência bancária.

2.4.3 As partes são obrigadas a emitir recibos.

2.5 Transferência do risco

2.5.1 O risco relativo ao bem é transferido do vendedor para o comprador quando o vendedor entrega o mesmo ao comprador ou ao representante do comprador.

2.6 As obrigações básicas do vendedor

2.6.1 O vendedor, após ter registado o bem no leilão, tem a obrigação de o entregar no estado descrito.

2.6.2 O vendedor assegura que é o proprietário legal do bem e que nenhum terceiro possui quaisquer direitos sobre o mesmo, incluindo mas não se limitando a compra a prestações, reserva de propriedade, apreensão, opção de compra, direito de preferência ou qualquer outro direito, passível de limitar ou impedir a venda do bem num estado livre e sem hipoteca, sem ónus ou encargos. Antes de colocar o seu bem em venda no leilão, o vendedor tem de garantir que qualquer dívida residual/montante financeiro pendente relativamente ao mesmo e outros direitos sobre o bem podem ser resgatados em associação à transação de venda, no momento da entrega ou antes.

2.6.3 O vendedor assegura que dispõe de capacidade jurídica plena e que não pende sobre a sua pessoa nenhum processo de interdição e/ou inabilitação.

2.6.4 Após a transmissão do bem, o vendedor deixa de ter obrigações complementares em relação ao mesmo.

2.6.6 O vendedor é responsável pelo pagamento da comissão à Lemos Ad Valorem, nos termos constantes supra (1.9).

2.6.7 O vendedor é responsável por cumprir os prazos de entrega dos bens conforme acordado com o Comprador.

2.7 As obrigações básicas do comprador

2.7.1 O comprador, tendo apresentado uma ou mais licitações no portal lemosadvalorem.pt e se ter tornado o autor da melhor licitação de acordo com as normas de licitação, ou tiver por qualquer outra via aceite comprar o bem, obriga-se perante o vendedor a concluir a transação de compra. Neste sentido, o comprador tem de recolher o bem e liquidar o preço de compra ao vendedor. Esta é a obrigação principal do comprador perante o vendedor. Consulte as outras disposições relativas às obrigações do comprador nos Termos e Condições.

2.7.2 O comprador assegura que dispõe de capacidade jurídica plena para celebrar negócios jurídicos e que não pende sobre si nenhuma situação de interdição e/ou inabilitação.

2.7.3 O comprador é responsável pelo pagamento da comissão à Lemos Ad Valorem, nos termos constantes supra (1.9)

2.8 Litígios entre o comprador e o vendedor

2.8.1 A relação entre o vendedor e o comprador está sujeita à lei Portuguesa.

2.8.2 O facto de ter sido ou não apresentada uma reclamação atempada e de existir ou não mora, incumprimento ou incumprimento defeituoso pela qual a outra parte é responsável será decidido nos termos da legislação Portuguesa aplicável.

2.8.3 Se o comprador ou o vendedor pretenderem pedir uma indemnização por danos à outra parte como consequência do incumprimento ou cumprimento defeituoso à parte faltosa, as despesas de transporte serão estabelecidas num montante fixo. Se o bem tiver sido transportado várias vezes por acordo com a outra parte, o montante de indemnização será acrescido por cada vez que o mesmo for transportado.

2.8.4 Na eventualidade de um litígio entre o comprador e o vendedor que não possa ser resolvido por via amigável, as partes são incentivadas a procurar assistência jurídica.

2.8.5 Caso exista um litígio entre o comprador e o vendedor, uma cópia do contrato de compra e venda tem de ser enviada atempadamente para a Lemos Ad Valorem juntamente com uma descrição do motivo, para fins estatísticos e de registo e não significa que Lemos Ad

Valorem, sob forma alguma, tome parte na disputa e não afeta o direito da Lemos Ad Valorem de receber a respetiva comissão. Os litígios entre o comprador e o vendedor apenas respeitam ao comprador e ao vendedor sem a intervenção da Lemos Ad Valorem.

2.9 Erros de impressão e digitação

2.9.1 A Lemos Ad Valorem não aceita qualquer responsabilidade por erros de impressão e digitação.

A data efetiva destas condições gerais é de 30 de Abril de 2019

3

Política de Privacidade

3.1 Introdução

3.1.1 Aviso de privacidade detalhado sobre dados pessoais recolhidos pela Lemos Ad Valorem.

Quando utiliza os serviços da Lemos Ad Valorem, usamos os seus dados pessoais para lhe proporcionar uma melhor experiência. Este aviso de privacidade destina-se a informá-lo, o "titular dos dados", sobre como utilizamos os seus dados pessoais. A proteção dos seus dados pessoais é importante pelo que o incentivamos a ler este aviso de privacidade.

Se tiver dificuldade em ler este aviso de privacidade ou necessitar de ajuda para o compreender, contacte-nos pelo telefone +351 933 897 640 e iremos ajudá-lo da melhor maneira possível.

Nós também usamos cookies. Por favor, consulte a nossa política de cookies para obter mais detalhes sobre como usamos cookies.

3.2 Contactos

3.2.1 A empresa que recolhe os seus dados, designada como o responsável pelo tratamento, é:

Lemos Ad Valorem, Unipessoal, Lda.

Rua Pedro Álvares Cabral, 201

3500-169-Viseu

Portugal

Tel: +351 933 897 640

Email: geral@lemosadvalorem.pt

3.2.2 Se tiver uma reclamação sobre a forma como tratamos os seus dados pessoais, com a qual não podemos ajudá-lo, entre em contato com a autoridade de proteção de dados:

Comissão Nacional de Protecção de Dados - CNPD

R. de São. Bento, 148-3º

1200-821 Lisboa

Tel: +351 21 392 84 00

Email: geral@cnpd.pt

Website: <https://www.cnpd.pt/>

3.2.3 Os seus dados pessoais são protegidos por lei por meio do Regulamento Geral sobre Protecção de Dados (RGPD)

(REGULAMENTO (UE) 2016/679 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO de 27 de abril de 2016 relativo à proteção de pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados e que revoga a Diretiva 95/46/CE (Regulamento Geral sobre Protecção de Dados - RGPD))

3.3 Pessoas que se registam nos serviços da Lemos Ad Valorem

3.3.1 Ao se registar como utilizador nos serviços da Lemos Ad Valorem, entra num acordo, e para que este seja honrado a Lemos Ad Valorem solicita os seus dados de contacto. Os seus dados serão utilizados no âmbito do desempenho das funções da Lemos Ad Valorem para verificar a sua identidade e fornecer acesso aos sistemas de TI relevantes.

A menos que haja uma reivindicação legal, pretendemos apagar ou anonimizar os dados coletados durante a sua navegação nos nossos sites, 1 ano após o último login ou 5 anos após a última compra ou venda de qualquer veículo ou mercadoria. Por favor tenha em conta que pode haver alguma demora, pois não verificamos as informações a serem excluídas todos os dias.

3.3.2 Há certos casos em que partilhamos os seus dados pessoais, recolhidos ao se registar nos serviços da Lemos Ad Valorem, com terceiros para executar o serviço acordado. Estes casos incluem, mas não se limitam a, quando vende ou compra veículos ou bens, quando não paga faturas legítimas da Lemos Ad Valorem, quando facturamos, quando reembolsamos o pagamento, quando solicitado pelas autoridades no âmbito de investigações criminais e mais.

As categorias de terceiros são:

Os auditores financeiros

Os compradores de veículos ou mercadorias que você vende

Os vendedores de veículos ou mercadorias que você compra

O nosso banco

A nossa empresa de cobrança de dívidas

A nossa empresa de recuperação de dívidas

A empresa de assinatura de contratos digitais

As autoridades

Os nossos parceiros que hospedam os nossos sites e serviços de internet

Os nossos parceiros de backup de dados

Os fornecedores de serviços de SMS

Os parques onde levanta ou entrega veículos ou mercadorias

As empresas de transporte que transportam veículos de ou para o cliente

3.4 Pessoas que navegam nos nossos sites

3.4.1 Recolhemos dados sobre quais as páginas visita, quais os bens que visualiza, quais os bens que adiciona à sua lista de favoritos, qual a campanha o levou aos nossos sites, etc. Isto é utilizado para recomendar bens que sejam relevantes para o utilizador, para fins de marketing e para otimizar a experiência do usuário. Também utilizamos os dados recolhidos para sugerir à nossa equipa de vendas possíveis compradores.

3.4.2 A menos que haja uma reivindicação legal, pretendemos apagar ou anonimizar os dados recolhidos durante a sua navegação nos nossos sites, 1 ano após o último login ou 5 anos após a última compra ou venda de qualquer veículo ou mercadoria. Por favor tenha em conta que pode haver alguma demora, pois não verificamos as informações a serem excluídas todos os dias.

Temos um interesse legítimo em proporcionar a melhor experiência de utilização possível ao cliente e otimizar as nossas vendas, pelo que acreditamos ser uma razão legal para recolher e processar os seus dados com base na sua navegação nos nossos sites.

3.4.3 Usamos serviços de terceiros para criar estatísticas anónimas para utilização nos nossos sites. Nós também usamos cookies. Por favor, consulte a nossa política de cookies para obter mais detalhes sobre como usamos cookies.

3.5 Pessoas que utilizam o apoio ao cliente da Lemos Ad Valorem ou por outros meios solicitam apoio

3.5.1 A Lemos Ad Valorem oferece suporte e ajuda para garantir que tenha uma boa experiência ao utilizar os nossos serviços e sistemas TI e para garantir que eventuais problemas sejam resolvidos o mais rápido possível.

Estamos sempre disponíveis para ajudar quando por qualquer razão necessitar de apoio. Temos um interesse legítimo em ajudar os nossos clientes a utilizar os nossos serviços.

Usamos sistemas de terceiros para fazer o seguimento dos pedidos de apoio e os dados pessoais que fornece para fins de suporte podem ser armazenadas num parceiro externo.

Nos casos em que solicitar apoio para um subsistema, talvez tenhamos de partilhar os dados pessoais que fornece para fins de suporte, com o objetivo de obter a ajuda necessária dos nossos parceiros.

Apagaremos ou anonimizaremos os dados pessoais que fornecer para fins de suporte, no máximo dois anos após sua solicitação ter sido resolvida.

3.6 Pessoas com má conduta

3.6.1 Mantemos um registo interno de utilizadores com má conduta. Tal pode dever-se, mas não só, a incumprimento com pagamentos de bens ou de comissões de compra ou venda, maltratar o vendedor quando levanta o bem ou tentativa de burla.

Esta informação será utilizada para avaliar se pode continuar a fazer negócios com a parte infratora.

Temos um interesse legítimo em manter os nossos serviços profissionais, o que significa que tentamos garantir que os nossos compradores e vendedores sejam profissionais.

3.6.2 Nos casos em que a lei foi violada ou há uma reivindicação legal, partilharemos esses dados com partes relevantes como:

Autoridades

Advogados

Esses dados também podem ser relevantes para a auditoria financeira, pois podem ser usadas como documentação comprovativa de perda de receita. Neste caso, os dados serão partilhados com:

Audidores Financeiros

3.6.3 A menos que haja uma reivindicação legal ou a infração seja tão grave que exista uma justificação legal para um período de retenção mais longo, pretendemos apagar ou anonimizar esses dados 5 anos após a última aquisição ou venda de qualquer bem. Por favor tenha em conta que pode haver alguma demora, pois não verificamos as informações a serem excluídas todos os dias.

3.7 Pessoas que compram e vendem veículos

3.7.1 Para promover a venda, o comprador e o vendedor podem trocar dados pessoais, pelo que a Lemos Ad Valorem pode fornecer esses dados a ambas as partes como parte do acordo celebrado ao registar-se nos serviços da Lemos Ad Valorem. Alguns negócios são feitos com um intermediário, onde o comprador e o vendedor não compartilham dados pessoais. Quando um leilão termina, a Lemos Ad Valorem tentará entrar em contato com potenciais compradores, bem como com o vendedor, e tentar mediar a venda.

3.7.2 Transferiremos os seus dados de contacto para países fora da União Europeia nos casos em que comprar ou vender veículos ou mercadorias fora da União Europeia.

A Lemos Ad Valorem utiliza cláusula contratual padrão para assegurar a proteção adequada das suas informações pessoais na ausência de uma decisão adequada nos termos do Artigo 45 (3) do GDPR.

3.7.3 A menos que haja uma reivindicação legal, pretendemos apagar ou anonimizar os dados recolhidos depois de 5 anos da última compra ou venda de qualquer veículo ou mercadoria. Por favor tenha em conta que pode haver alguma demora, pois não verificamos as informações a serem excluídas todos os dias.

3.7.4 A Lemos Ad Valorem é legalmente obrigada a reportar bens importados e exportados para o INTRASTAT, pelo que partilha com ele dados pessoais obrigatórios.

A Lemos Ad Valorem pode ser legalmente obrigada a cancelar a matrícula ou documentar que foi feito. Ao cancelar a matrícula, os seus dados pessoais serão partilhados com as autoridades competentes.

3.8 Pessoas que recebem um reembolso

3.8.1 Se necessitarmos de reembolsar um pagamento, precisamos dos dados da sua conta bancária para poder transferir o dinheiro. Pode recusar, se preferir, mas isso significará um tempo de reembolso mais longo e que não podemos fazer uma transferência direta. Nós reembolsamos dinheiro com base no contrato estabelecido entre as partes, procurando tratar os clientes de forma justa, a fim de promover negócio e cooperação futuros.

Partilharemos os dados da sua conta com:

O nosso banco

Audidores Financeiros

Os dados da sua conta bancária serão apagados 5 anos após o último reembolso. Por favor tenha em conta que pode haver alguma demora, pois não verificamos as informações a serem excluídas todos os dias.

3.9 Pessoas que se recusam a pagar

3.9.1 Nos termos do contrato estabelecido entre as partes, a Lemos Ad Valorem tentará cobrar os pagamentos em atraso.

Quando a Lemos Ad Valorem e o cliente não puderem chegar a acordo quanto à forma de pagamento, a Lemos Ad Valorem utilizará um terceiro para recuperar o montante devido e, nesse caso, partilhará dados pessoais relevantes com a empresa de cobrança de dívidas.

A Lemos Ad Valorem não é uma empresa de cobrança de dívidas e a finalidade de utilizar um terceiro é garantir um tratamento justo de ambas as partes.

3.9.2 A menos que haja uma reivindicação legal, pretendemos apagar ou anonimizar os dados recolhidos 5 anos após o último valor em atraso ter sido pago ou creditado. Por favor tenha em conta que pode haver alguma demora, pois não verificamos as informações a serem excluídas todos os dias.

3.10 Os seus direitos

3.10.1 De acordo com a lei, tem os seguintes direitos em relação aos seus dados pessoais utilizados pela Lemos Ad Valorem:

3.10.2 Direito de ver os seus dados eliminados (“direito de ser esquecido”)

A Lemos Ad Valorem eliminará ou anonimizará os seus dados pessoais quando solicitado. A exclusão dos seus dados pessoais será feita o mais rápido possível dentro de um mês após a receção da sua solicitação.

Excepções

A Lemos Ad Valorem apenas é obrigada a eliminar os seus dados se não for obrigada por lei a mantê-los ou uma das seguintes situações se aplicar:

Os dados pessoais não são mais necessários em relação aos fins para os quais foram recolhidos ou processados;

Retira o consentimento dado para a recolha e processamento, e não há outro fundamento legal para o processamento;

Opõe-se ao processamento para fins de marketing direto;

Os seus dados pessoais foram processados ilegalmente;

Os seus dados pessoais têm de ser eliminados para dar cumprimento a uma obrigação legal à luz da lei a que a Lemos Ad Valorem está sujeita.

3.10.3 Direito à restrição de processamento

Sendo por si solicitado a Lemos Ad Valorem deixará de processar os seus dados.

Excepções

A Lemos Ad Valorem só é obrigada a interromper o processamento dos seus dados quando uma das seguintes situações se aplicar:

A exatidão dos dados pessoais é contestada, por um período que permita à Lemos Ad Valorem verificar a exatidão dos dados pessoais;

O processamento é ilegal, opõe-se à eliminação dos dados pessoais e em vez disso solicita a restrição do seu uso;

A Lemos Ad Valorem já não necessita dos dados pessoais para efeitos de processamento, mas estes são exigidos pelo titular dos dados para o estabelecimento, exercício ou defesa de reclamações legais;

Informou a Lemos Ad Valorem sobre a violação dos seus interesses, direitos e liberdades, enquanto se aguarda a verificação se os motivos legítimos da Lemos Ad Valorem prevalecem sobre os seus.

3.10.4 Direito de retificação

Se achar que temos dados pessoais incorrectos, avise-nos e procederemos à sua correcção.

3.10.5 Direito de acesso pelo titular dos dados

Assiste-lhe o direito de ter uma cópia dos dados pessoais que a Lemos Ad Valorem possui sobre si. A Lemos Ad Valorem fornecerá estes dados em formato digital, a menos que seja solicitado o contrário. Regras adicionais aplicam-se no processo de acesso aos dados, no entanto toda a informação necessária já deverá ter sido abordada anteriormente neste texto. A cópia dos seus dados pessoais será entregue o mais rápido possível dentro de um mês após a recepção da sua solicitação.

3.10.6 Direito de retirar o consentimento

Quando a nossa recolha e utilização dos seus dados pessoais se basear no seu consentimento, pode retirar esse consentimento a qualquer momento, contactando a Lemos Ad Valorem para o efeito.

3.10.7 Direito à portabilidade de dados

Assiste-lhe o direito de obter uma cópia dos seus dados pessoais num formato legível por máquina. A Lemos Ad Valorem pode também enviá-lo diretamente para outra empresa a seu pedido.

Exceções

A Lemos Ad Valorem apenas é obrigada a fornecer os seus dados pessoais quando:

Os dados são por si fornecidos à Lemos Ad Valorem,

a recolha de dados é baseada no seu consentimento ou num contrato em que é uma das partes e

o processamento é realizado por meios automatizados (ou seja, sem ser dados em papel).

3.10.8 Direito a opor-se ao processamento de dados

Tem o direito de se opor a qualquer tipo de processamento no âmbito do marketing direto ou onde acredite que os seus direitos estão a ser violados ou haja uma ameaça à sua liberdade.

Exceções

A Lemos Ad Valorem pode continuar a processar os seus dados pessoais quando uma das seguintes situações se aplicar:

A Lemos Ad Valorem demonstra motivos legítimos convincentes para processamento contínuo.

A Lemos Ad Valorem deve processar os seus dados pessoais para estabelecer, exercer ou defender uma reivindicação legal.

O tratamento for necessário para efeito dos interesses legítimos prosseguidos pelo responsável pelo tratamento ou o tratamento for necessário ao exercício de funções de interesse público.